

A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Zemilda Carmo Weber do Nascimento Santos

Integrante do Grupo de Pesquisa Infância, Tradições Ancestrais e Cultura Ambiental - UNIRIO -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Brasil.

Lisia Carla Toniazzo

Resumo:

Esse trabalho buscou identificar as percepções de profissionais da educação infantil sobre a importância da alimentação saudável nos primeiros anos de vida. A metodologia consistiu em um estudo exploratório com o uso de questionário com perguntas fechadas. O aporte teórico buscou subsídio em Dallazen et al. (2018); Costa et al. (2016); Einloft et al. (2018); Maranhão, (2010); Brasil (2019), entre outros. O corpo de dados se constituiu das respostas de 289 respondentes, integrantes de um grupo de profissionais da educação infantil do sistema público de ensino. Os resultados revelam uma preocupação importante com a alimentação das crianças, no entanto, ainda fragilizada em alguns aspectos. Concluiu-se que se faz necessário a continuidade dos percursos formativos acerca da temática tanto para os profissionais, bem como, para as famílias.

Palavras-chave:

Educação Infantil. Criança. Alimentação Saudável. Obesidade. Formação Continuada.

Abstract:

This work sought to identify the perceptions of early childhood education professionals about the importance of healthy eating in the first years of life. The methodology consisted of an exploratory study using a questionnaire with closed questions. The theoretical support sought support in Dallazen et al. (2018); Costa et al. (2016); Einloft et al. (2018); Maranhão (2010); Brasil (2019), among others. The body of data consisted of responses from 289 respondents, members of a group of early childhood education professionals from the public education system. The results reveal an important concern with the children's diet, however, it is still fragile in some aspects. It was concluded that it is necessary to continue the training courses on the subject both for professionals, as well as for families.

Keywords:

Early Childhood Education. Children. Healthy eating. Obesity. Continuing Training.

DATA DE RECEÇÃO: 16/09/2021

DATA DE ACEITAÇÃO: 10/11/2021

Introdução

A Secretaria Municipal de Educação de Camboriú (SC), Brasil, desenvolve anualmente Formação Continuada para as diferentes etapas de ensino atendidas, incluindo a primeira etapa que é a Educação Infantil. O estudo exploratório aqui apresentado, se deu na etapa da Educação Infantil, que no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996), é compreendida na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses. A partir dos seis anos as crianças ingressam na segunda etapa, a dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os percursos formativos foram realizados nos anos letivos de 2019 e 2021, tendo um intervalo em 2020 devido ao surgimento da Pandemia COVID-19, período em que as aulas foram ofertadas apenas no formato online. A oferta da Formação sobre “Alimentação saudável relacionada com o desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância” (0 a 6 anos), se deu por meio de uma parceria entre a Diretoria Geral e Diretoria de Ensino da Educação Infantil e o Departamento de Nutrição da referida secretaria. O processo formativo teve como objetivo promover o conhecimento científico referente à importância da instituição de hábitos de alimentação saudável para a qualificação do desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas, existem cinco diferentes categorias de profissionais que atuam na educação infantil do sistema público municipal a saber: 1) Gestores; 2) Supervisores; 3) Professores; 4) Auxiliares de Sala; e 5) Merendeiras.

A escolha do tema para compor a matriz curricular da formação continuada, se deu devido aos diversos estudos que têm sido publicados na área da saúde e da educação. Dallazen et al. (2018); Costa, Silva & Giugliani (2016); Einloft, Cotta & Araújo (2018); Maranhão (2010); e Brasil (2019), constituem a matriz teórica desse relato.

Os resultados apontaram para uma percepção importante acerca da necessidade de se ofertar alimentos saudáveis às crianças atendidas na primeira etapa da educação básica, no entanto, em diversos aspectos, essa mesma percepção ainda é demasiado fragilizada.

Desenvolvimento

A alimentação saudável tem sido tema recorrente nas diversas áreas do conhecimento, e na contemporaneidade, o entrelaçamento dos estudos entre as áreas da saúde e educação têm sido abundantes.

Para Costa et al. (2016, p. 03), “O conhecimento das repercussões imediatas e de longo prazo de uma alimentação inadequada tem contribuído para a busca de melhor entendimento de como o hábito alimentar é formado na primeira infância, e portanto, é chamado a atenção para a importância das práticas alimentares nos primeiros anos de vida.”

Além disso, já é facto consumado a compreensão de que as instituições de Educação Infantil devem, também, preocupar-se com a saúde e bem-estar das crianças. Esse regramento, ou orientação, está expressa em diversos documentos publicados no Brasil que norteiam as políticas públicas educacionais tanto para o trabalho articulado com a saúde, bem como, com a justiça social. Porém, a apropriação plena do significado dessa dimensão e, principalmente, a organização, as atitudes, os hábitos, as rotinas e os procedimentos necessários para sua efetivação com a participação da criança, ainda são controversos (Maranhão, 2010).

Ainda nessa direção, vale ressaltar que a importância de se contemplar a saúde e o bem estar das crianças nos eixos que norteiam o atendimento nas instituições de ensino que atendem a primeira etapa da educação básica, se configura no ato de estas instituições, ou do sistema público de ensino, assumir a responsabilidade diante desta demanda tão necessária para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças atendidas nessa etapa.

Concordamos com Maranhão (2010, p. 1) que,

A importância de considerarmos a promoção da saúde e bem estar das crianças como uma responsabilidade das instituições educativas em parceria com familiares e serviços de saúde começa pela aceitação do fato de que é impossível cuidar e educar crianças sem influenciar ou ser influenciado pelas práticas sociais relativas à manutenção e recuperação da saúde e bem-estar dos envolvidos neste processo. Mas para que esta influência seja promotora do crescimento e desenvolvimento saudáveis em cada contexto sociocultural, é preciso que os professores e gestores em Educação Infantil reflitam criticamente sobre as informações que possuem do proces-

so saúde-doença das crianças brasileiras, das diversas e, às vezes, controversas mensagens indiretas e diretas que recebem via mídia, revistas, jornais e outros meios de informação. Desta forma estarão conscientes de que as escolhas individuais e coletivas ao planejarem, organizarem e operarem a rotina cotidiana relativa às atitudes e aos procedimentos dos cuidados, às brincadeiras e atividades educativas (*stricto sensus*), podem influenciar as práticas culturais de cuidado infantil e a saúde individual e coletiva das crianças e da comunidade onde estão inseridas.

Embora a referida autora não enfoque a dimensão apenas da alimentação, os escritos nos dão subsídios para fundamentar, ou ladrilhar o percurso formativo oferecido nos anos letivos de 2019 e 2021. Ao organizarmos os conteúdos que seriam trabalhados na formação, partimos da reflexão que os profissionais que participaram da formação, deveriam ter a possibilidade de refletir sobre suas posturas, sobre o exemplo que cada um se constitui dentro da unidade de ensino, uma vez que, de acordo com a literatura atinente dos processos educativos na primeira infância, salienta que os pequenos aprendem muito mais pelo exemplo dos adultos do que pelas orientações que estes adultos dão a elas.

Ainda de acordo com Maranhão (2010, p. 1), outro aspecto importante que,

[...] justifica a importância da dimensão do trabalho dos professores neste âmbito, é que as crianças que convivem no espaço de uma creche ou pré-escola e interagem com os colegas e profissionais da unidade, continuam interagindo diariamente com seus familiares nas comunidades onde residem e com as quais se relacionam. Isto implica reconhecer que todos os aspectos dessa diversidade de relações devem ser considerados, incluindo-se as práticas sociais e as políticas públicas voltadas à prevenção e ao controle dos problemas de saúde prevalentes na comunidade.

Para a experiência de formação desenvolvida, também foi refletido sobre a ampliação dos encontros de modo a alcançar as famílias, pois muitos profissionais relataram que têm dificuldade em “barrar” o acesso a alimentos não saudáveis pelas crianças nas Creches e Pré-Escolas, uma vez que esses alimentos são enviados de casa pelas próprias famílias.

Desse modo, reconhecendo o impacto da alimen-

tação na morbimortalidade infantil, organizações internacionais tais como a WHO, OMS e UNICEF, enfatizam desde o início dos anos dois mil, a necessidade de políticas de promoção da alimentação saudável para lactentes e crianças de até os seis anos de idade. Tais premissas se embasam principalmente na proteção e apoio ao aleitamento materno exclusivo e à alimentação complementar adequada e oportuna (Einloft et al., 2018).

Seguindo nessa direção, o conteúdo formativo da experiência aqui relatada, abordou dados do Ministério da Saúde, bem como, da OMS no que tange às doenças agregadas ao processo da má alimentação na primeira infância, tais como, diabetes, obesidade, colesterol, cardiopatias, dentre outras.

Além disso, os dados foram apresentados sempre contextualizados com a realidade do público alvo. Para alcançar esse contexto, utilizou-se estratégias, tais como, fragmentos de documentários, imagens da internet e imagens da própria secretaria que apresentavam os equívocos ocorridos tanto no preparo, como na oferta dos alimentos às crianças.

Tais aspectos foram abordados de forma específica para cada categoria de profissionais. Por exemplo, quando a formação foi realizada com as merendeiras, focou-se no preparo e apresentação dos alimentos. Quando realizou-se com os gestores, supervisores, professores e auxiliares de sala, o foco foi direcionado para os aspectos da prática pedagógica (festas de aniversários na instituição e outros eventos comemorativos) e no exemplo dos profissionais no seu cotidiano, tais como, a alimentação que consomem na escola. Vale lembrar que tanto os dados do Ministério da Educação e da OMS, bem como, os contextos locais, trabalhados na formação continuada, estiveram sempre ancorados no plano do corpo teórico dos autores aqui citados, Dallazen et al. (2018); Costa et al. (2016); Einloft et al. (2018); Maranhão (2010); Brasil (2019).

Tanto no decorrer dos encontros formativos, bem como, após esse processo, observou-se que os hábitos sugeridos para a instituição de uma alimentação saudável desde a primeira infância, foram efetivados de forma parcial. Constatou-se que é necessário dar continuidade ao percurso formativo e elaborar instrumentos de monitoramento *in loco*, ou seja, nas unidades de ensino, para que a efetivação plena do objetivo proposto seja alcançada.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, realizada nos anos de 2019 e 2021, no município de Camboriú, localizado no litoral do Estado de Santa Catarina, Brasil, construída dentro da perspectiva da Avaliação Centrada nos Participantes para o aprofundamento do entendimento de fatores que visam estimular a alimentação saudável nas Creches (instituições que atendem crianças de 0 a 3 anos) e Pré Escolas (instituições que atendem crianças de 4 e 5 anos).

Participantes

O critério para seleção dos participantes foi ter participado da formação continuada intitulada “Alimentação Saudável na Primeira Infância”, onde foram trabalhados conteúdos que visavam informar os profissionais sobre a obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, bem como, o impacto destas na aprendizagem das crianças.

Importante esclarecer que a experiência da formação continuada foi oferecida pelo período de dois anos letivos com as categorias de: 1) gestores; 2) supervisores; 3) professores; 4) monitores (auxiliares de sala); e 5) merendeiras. O conteúdo formativo foi elaborado em parceria pela Diretoria Geral e Diretoria de Ensino da Educação Infantil e o Departamento de Nutrição da secretaria de educação do município de Camboriú (SC). As formações foram ministradas pela nutricionista responsável pela elaboração e implementação do cardápio nas creches e pré-escolas públicas do referido município.

No primeiro ano, as formações se deram na modalidade presencial, no auditório da secretaria municipal de educação. Já no ano de 2020, foi feito um intervalo devido a Pandemia da COVID-19, sendo retomada nos primeiros dois meses do ano letivo de 2021.

Instrumento de coleta de dados

Foi elaborado um roteiro de entrevista específico e semiestruturado, com questões fechadas para caracterização e apreensão das percepções e experiências dos entrevistados, abordando temáticas relacionadas à importância da alimentação saudável na primeira infância, tais como: Prática Pedagógica; Obesidade Infantil; Diabetes Infantil; Doenças Cardiovasculares na primeira infância; retirada do açúcar da alimentação nos primeiros dois anos de vida; Escolha dos alimentos; Desenvolvimento de hábitos de alimentação saudável; criação de resoluções

(leis) que auxiliem na efetivação do cuidado com a alimentação nas Creches e Pré-Escolas; Formação Continuada voltada para a temática da alimentação saudável; e, Formação Continuada voltada para a temática da alimentação saudável para as famílias das crianças atendidas nas instituições de educação infantil.

Para construção do questionário foi utilizada a ferramenta Google Forms, a qual, por ser online, permite a coleta e tabulação quantitativa dos dados em tempo real, ou seja, conforme os respondentes vão respondendo aos questionários, as respostas que chegam já passam por um processo de análise quantitativa, gerando gráficos que permitem ao pesquisador acompanhar de forma detalhada o processo de coleta de dados.

Os resultados e análises dos mesmos são apresentados na próxima seção, articulados a base teórica eleita para fundamentar esse estudo.

Análise e Resultados

A formação continuada oferecida parceria pela Diretoria Geral e Diretoria de Ensino da Educação Infantil e o Departamento de Nutrição da secretaria de educação os por equipes de Atenção Básica, incluindo programas baseados em comunidades como a Estratégia de Saúde da Família, são considerados um lócus ideal para a realização de intervenções nutricionais; sua eficácia, porém, depende de um sistema de prestação de cuidados de saúde que funcione suficientemente bem em termos de qualidade e cobertura.

Para verificar os impactos da referida formação no que concerne a percepção dos profissionais acerca da instituição de hábitos de alimentação saudável na primeira infância, foi aplicado um questionário por meio da ferramenta do Google Forms.

O questionário se constituiu apenas de perguntas fechadas. Obteve-se um total de duzentos e oitenta e nove (289) respondentes nas categorias de: 1) gestores; 2) supervisores; 3) professores; e 4) monitores (auxiliares de sala). Do total de respondentes, 3,1% estão na faixa dos 18 a 25 anos, 26% de 26 a 35 anos, 41,2% 36 a 45 anos, 23,2% de 46 a 55 e 6,6% com 55 anos ou mais. O nível de formação verificado se deu em sua maior parte na Pós Graduação Lato Sensu, sendo um percentual de 83,4%. Foi utilizada a escala de conceitos de 0 a 10, sendo: excelente 8 a 10; ótima 7 a 8; boa 6 a 7; ruim 4 a 6; péssima 0 a 4; prefiro não opinar.

Quanto à percepção acerca da formação “Alimentação Saudável” para a qualificação da prática pedagógica, 46,7% dos respondentes avaliaram como sendo Excelente, 37% Ótima e 15,6% Boa.

No que concerne às mudanças na prática pedagógica dos profissionais, observa-se que ainda um percentual significativo (15,6%) não internalizou, ou não se apropriou da importância do ato de modificar hábitos e atitudes do profissional que atua nessa primeira etapa da educação básica, para consequentemente modificar ou instituir hábitos de alimentação saudáveis com as crianças. Sobre essa deficiência nos saberes do educador, Silva, Costa e Giugliani (2016, p. 4) alertam que:

A literatura atual sobre cuidado sensível e receptivo distingue a capacidade de resposta, em que a mãe/cuidador interpreta e responde aos sinais da criança,

e de comportamentos ativos, em que a mãe/cuidador se concentra, estimula e incentiva a criança a agir. No contexto da alimentação, quando o cuidador apresenta capacidade de resposta e comportamento ativo, diz-se que a alimentação é do tipo responsiva ou sensível, definida [...] como a “reciprocidade entre a criança e o cuidador”. Nesse tipo de alimentação, a criança sinaliza por meio de movimentos, expressões faciais e vocalizações; o cuidador reconhece os sinais e responde prontamente sob a forma de apoio; a criança percebe que houve resposta aos seus sinais, estabelece-se uma comunicação intermediada pela linguagem verbal e não verbal.

Quando apresentado os dados das percepções das participantes sobre a obesidade, causada pela má alimentação na primeira infância, 37,7% avaliaram como Excelente, 39,4%, avaliaram como Ótima e 18,7% avaliaram como Boa, indicando também nessa modalidade que ainda se faz necessário intensificar os percursos formativos. Vale lembrar que, “Estudos nacionais mostram que crianças filhas de mães de menor nível educacional são mais propensas a consumir alimentos como biscoitos, salgadinhos e refrigerantes.” (Dallazen et al., 2018, p. 9). Interpretando os dados da referida pesquisa, sabe-se que quanto menos informação, menor a possibilidade de inferir mudança, o que nos leva novamente a necessidade da continuidade dos percursos formativos.

No que se refere às percepções dos profissionais sobre a probabilidade de desenvolver a patologia “diabetes mellitus”, 36,7% avaliaram como Excelente, 39,8% como Ótimo e 19,7% como Boa. Sobre a importância do profissional das infâncias se apropriar também destes saberes, Maranhão (2010, p. 9) ressalta que, “O cuidado cotidiano das crianças, permeado pelas ações pedagógicas, é uma prática profissional do professor de Educação Infantil e requer que ele se aproprie de conhecimentos e desenvolva competências com base nas ciências biológicas e humanas.”

Do mesmo modo, quando perguntado sobre os saberes compartilhados acerca dos riscos do desenvolvimento de doença cardiovascular na primeira infância, 33,6% avaliaram como Excelente, 36% como Ótimo e 25,6% como Boa. Novamente se evidencia o entendimento fragilizado por parte dos profissionais sobre a importância desses saberes, o que denota a urgência da continuidade dos processos formativos. Quando perguntado se os profissionais concordavam com as orientações da OMS quanto a não oferta do açúcar nos primeiros dois anos de vida, 54,3%

avaliaram como Excelente, 31,8% como Ótimo e 12,5% como Boa. Também ao interpretarmos esses dados, verifica-se que ainda um percentual importante do grupo analisado não se apropriou dos saberes necessários que permitem compreender os malefícios da ingestão do açúcar nos primeiros anos de vida, de forma ainda mais acentuada na fase bebê (0 a 2 anos). Também verificou-se essa média percentual de profissionais com uma percepção fragilizada sobre a importância da escolha dos alimentos nas refeições oferecidas na Creche, onde 52,6% dos respondentes avaliaram como Excelente, 32,9% como Ótimo e 14,5% como Boa. Sobre esse aspecto, Maranhão (2010, p. 13) esclarece:

As atitudes e os procedimentos de cuidados com as crianças podem diferir entre os diferentes grupos sociais e culturas, dependendo das concepções que cada grupo social tem sobre criança, educação e sobre a dinâmica saúde-doença. Mas o cuidado como prática profissional fundamenta-se nas ciências exatas, biológicas e humanas e constitui-se de atitudes e procedimentos pautados em conhecimentos atualizados sobre o processo de crescimento e desenvolvimento humano e sobre cuidados com a saúde infantil.

Novamente verificou-se percepções deficientes por parte de um percentual do grupo pesquisado, no que concerne a importância da instituição de hábitos de alimentação saudável na primeira infância, onde 54,7% avaliaram como Excelente, 31,8% como Ótimo, mas um percentual de 13,1% avaliaram como Boa, indicando que não conseguem ainda perceber a importância dessa mudança de hábitos na primeira infância. Para destacar a importância da apropriação desses saberes, novamente buscamos fundamentos em Maranhão (2010, p. 15),

A relação estabelecida na creche é profissional, embora também permeada por afetividade. A pessoa responsável pelo cuidado diário da criança precisa de ferramentas para identificar e atender necessidades específicas, ou seja, conhecimento suficiente sobre o desenvolvimento humano, sobre a articulação das práticas culturais com procedimentos adequados para ambientes coletivos, sobre os aspectos legais e éticos do processo de cuidar em ambiente educativo.

Quando perguntado sobre a importância da regulação (criação de resolução pelo conselho municipal

de educação) da alimentação ofertada (tanto no cardápio da instituição como em outros eventos, festas, etc.) nas instituições que atendem a primeira infância, 39,4% dos respondentes avaliaram como Excelente, 34,6% como Ótimo e 22,8% como Boa. A variação para o incremento de percentual dos que percebem como sendo apenas mediana a necessidade da criação de regulação para a efetivação da mudança de hábitos é no mínimo preocupante, pois sendo o grupo de respondentes profissionais da educação, espera-se que tenham clarificado para si a importância dos processos de regulação, os quais se traduzem em políticas públicas educacionais que impactarão nos processos educativos de forma positiva. Sobre esse aspecto, Silva, Costa e Giugliani (2016, p. 5), argumentam que, “Aos formuladores de políticas públicas cabe dar mais destaque ao modo de alimentar as crianças”.

Do mesmo modo, quando questionado sobre a importância da formação continuada ofertada para a mudança de hábitos alimentares e sua vida pessoal e familiar, 48,1% avaliaram como Excelente, 35,3% como Ótimo e 15,6% como Boa. Os percentuais denotam que um quantitativo importante do grupo analisado teve dificuldades, ou por outros aspectos que esse estudo não alcançou identificar, de se compreender a importância desse conjunto de saberes, não apenas para sua atuação profissional, mas também para sua vida pessoal. “No âmbito da saúde pública, o consumo frequente de alimentos não recomendados pode determinar as preferências alimentares da criança para estes tipos de produtos, que podem se prolongar até a vida adulta.” (Dallazen et al., 2018, p. 6).

Por fim, na dimensão que trata da importância de ofertar a referida formação continuada às famílias, 56,7% avaliaram como Excelente, 28,4% como Ótimo e 13,8% como Boa.

Conforme verificado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, mais de 50% dos profissionais se apropriaram dos saberes compartilhados nos percursos formativos de forma plena e um percentual bem importante se apropriou de forma satisfatória. No entanto, um percentual significativo, que variou de 12,5% a 25,6% dos profissionais entrevistados, apresentou percepções razoáveis, o que traduz a necessidade da formação ter continuidade.

Considerações

O estudo exploratório apresentado investigou as percepções de profissionais da Educação Infantil sobre percursos formativos realizados nos anos letivos de 2019 e 2021, tendo um intervalo em 2020 devido ao advento da Pandemia COVID-19, período em que as aulas foram ofertadas apenas no formato online, pela secretaria de educação de um município brasileiro. A oferta da Formação Continuada sobre “Alimentação saudável relacionada com o desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância (0 a 6 anos)”, se deu por meio de uma parceria entre a Diretoria Geral e Diretoria de Ensino da Educação Infantil e o Departamento de Nutrição da referida secretaria.

O processo formativo teve como objetivo promover o conhecimento científico referente à importância da oferta, bem como, da instituição de hábitos de alimentação saudáveis para o bom desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas, à cinco diferentes categorias de profissionais que atuam na educação infantil do sistema público municipal a saber: 1) Gestores; 2) Supervisores; 3) Professores; 4) Auxiliares de Sala; e 5) Merendeiras.

Foram aplicados questionários com perguntas fechadas, tomando como referência a uma escala de 0 a 10, onde “excelente” refere-se ao quantitativo 8 a 10; “ótima” 7 a 8; “boa” 6 a 7; “ruim” 4 a 6; “péssima” 0 a 4; e “prefiro não opinar” sem relação com escala quantitativa.

Do conjunto de dados coletados dos 289 respondentes, observou-se que mais de 50% dos profissionais entrevistados se apropriaram de forma plena dos saberes compartilhados nos percursos formativos. Verificou-se ainda que, mais de 40% dos profissionais internalizaram os saberes de forma apropriada. Porém, uma amostra bem importante, que variou de 12,5% a 25,6% dos profissionais entrevistados, apresentou percepções razoáveis sobre as diferentes dimensões trabalhadas nos percursos formativos. Além disso, nenhum dos respondentes escolheu as alternativas “ruim” ou “péssima”.

Esse último conjunto de dados traduz a necessidade da continuidade e ampliação dos percursos formativos nessa temática, bem como, a implementação de programa de monitoramento das ações pretendidas nas unidades de ensino.

Além disso, emerge também a necessidade de estender a formação continuada aos familiares das crianças atendidas, pois a efetividade das mudanças pretendidas precisam ser vivenciadas em todos os contextos,

seja no contexto familiar, escolar ou da comunidade. Por fim, espera-se que esse estudo exploratório possa tornar ainda mais visível a necessidade premente de abordar os temas relacionados à saúde e bem estar das crianças como inter relacionados aos processos educativos, ou pedagógicos, uma vez que, as pesquisas têm mostrado cada vez mais que a dimensão física tem ligação intrínseca com o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância.

Referências bibliográficas

- Brasil. Ministério da Saúde. (2019). *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf
- Dallazen, C., Silva, S., Gonçalves, V., Nilson, E., Crispim, S., Lang, R., Moreira, J., Tietzmann, D. & Vítolo, M. (2018). Introdução de alimentos não recomendados no primeiro ano de vida e fatores associados em crianças de baixo nível socioeconômico. *Cad. Saúde Pública*, 34(2). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00202816>
- Einloft, A., Cotta, R. & Araújo, R. (2018). Promoção da alimentação saudável na infância: fragilidades no contexto da Atenção Básica. *Ciênc. saúde coletiva*, 23(1), 61-72, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000100061&lng=en&nrm=iso
- Maranhão, D. (2010). Saúde e bem-estar das crianças: uma meta para educadores infantis em parceria com familiares e profissionais de saúde. In *Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte. <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7157-2-5-artigo-mec-saude-bemestar-criancas-damaris/file>
- Silva, G., Costa, K. & Giugliani, E. (2016). Alimentação infantil: além dos aspectos nutricionais. *J. Pediatr. (Rio J.)*, 92(3 supl. 1), 2-7. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2016.02.006>